



CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CIAPO  
SBN QD. 01 - BL. D - ED. PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO  
7º ANDAR - CEP 70.057-900 - BRASÍLIA/DF  
Telefone: (61) 2020.0602  
E-mail: ciapo@mda.gov.br

## **ATA 31ª Reunião Ordinária da CIAPO**

(Sob vigência do Regimento Interno CIAPO – Resolução Nº 01, de 23 de outubro de 2017 – DOU, Seção 1, 30/11/2017)

### **PARTE I – O LOCAL E A DATA DA REALIZAÇÃO**

DATA: 13 de novembro de 2017

HORÁRIO: de 09h30 às 16h30

LOCAL: Sala de reuniões do 18º andar do Palácio do Desenvolvimento (prédio do Incra), Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco D, em Brasília, Distrito Federal.

### **PARTE II – OS NOMES DOS PRESENTES**

Marco Aurélio Pavarino, representante suplente da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Rogério Augusto Neuwald, representante titular da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR); Luisa Cristina Medeiros de Sabóia e Souza, representante suplente da SEGOV/PR; Laila Simaan, representante suplente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); Alfredo da Costa Pereira Junior, representante titular do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Maguida Fabiana da Silva, representante suplente do MCTIC; Elisângela Sanches Januário, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Carlos Augusto Vaz e Daniela Macêdo Jorge, servidores representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Luciano C. Valadares, servidor representante do MAPA; Iracema F. de Moura e Iara Campos Ervilha, servidoras representantes do Ministério da Saúde (MS) Isabella Araújo Figueiredo e Sara R. Souto Lopes, servidoras representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Débora Guimarães e Carla de Araújo Ferreira, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Maria Luiza Latour Nogueira, servidora representante do Ministério da Educação (MEC); Marisson de Melo Marinho, servidor representante da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Ynaíá Bueno, servidora representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e a equipe técnica da SEAD, nas pessoas de André Luis de Oliveira Araújo, Daniella Cristine Vasconcelos, Jéssica Maiara Rodrigues Martins, Nadiella Monteiro, João Daldegan, Tarcila Martins Portugal e Raquel Martins.

### **PARTE III – OS ASSUNTOS DISCUTIDOS**

(1) Aprovação da pauta. (2) Aprovação da memória da 30ª reunião da CIAPO. (3) Informes Gerais. (4) Organização da CIAPO: 4.1 Deliberação sobre órgãos convidados da Ciapo, 4.2 Acordo sobre formas de comunicação aos membros. (5) Organização da próxima reunião CNAPO: 5.1 Situação das demandas das Sts da última plenária da Cnapo para ministérios e instituições governamentais; 5.2 Composição e Convocação governamental da Cnapo e STs; 5.3 Pautas das Sts. (6) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) resposta de governo ao TCU. (7) PLANAPO: 7.1 Atualização PPA e Incidência no Planapo; 7.2 Oficialização PLANAPO 2016-2019 atualizado; 7.3 Orçamentos referentes a 2017. (8) PRONARA. (9) Deliberação sobre criação do Grupo de Trabalho de Comunicação da PNAPO no âmbito da CIAPO, aprovação para resolução.

#### **1. Aprovação da pauta da 31ª reunião.**

Iniciou-se a reunião com esclarecimentos sobre alguns pontos de pauta, e esta foi aprovada por todos os presentes.

#### **2. Aprovação da memória (ata) da 30ª reunião.**

Não havendo nenhuma sugestão de correção ou pedido de esclarecimento, deliberou-se, por unanimidade, pela aprovação da memória da 30ª reunião.

### **3. Informes Gerais.**

**3.1** O Seminário da Região Norte será realizado entre os dias 12 a 14 de dezembro, em Belém. SEGOV está bancando de 25 a 30 passagens, sendo que MAPA, SEAD, e outras organizações também estão contribuindo com a compra de passagens para a sociedade civil. Tendo em vista toda a diversidade geográfica e cultural da região, foi realizada uma parceria com a GIZ, através da SEAD, para contribuir com o formato e metodologia do seminário. Alguns estados estão em processo de aprovação de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica. A intenção é acompanhar esse processo. Além disso, espera-se que o seminário seja um espaço de troca de experiências entre os estados, discussão da Política e do Plano de Agroecologia, discutir sobre possíveis planos de ação que os estados possam desenvolver, entre outras questões. Todos os membros da CIAPO serão devidamente convidados. Por fim, lembrou que o Seminário da Região Nordeste provavelmente ocorrerá entre março e abril de 2018.

**3.2** O Seminário da Rede dos Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos – SPAA ocorrerá entre os dias 21 a 24 de novembro, no CDRH da Conab, localizado no SIA. Trata-se de um evento organizado pela FAO e a Conab, com participação de 35 órgãos de outros países – dentre os quais Colômbia, Chile, Paraguai e Brasil – onde se discute a questão das compras públicas de alimentos. Estão previstas falas dos seguintes parceiros durante o seminário: BNDES, SEAD, MPOG e CGU. O convite a todos os membros da CIAPO será encaminhado pela Conab.

**3.3** Foi realizada uma audiência pública na ANVISA sobre rotulagem de alimentos. Está em voga a discussão sobre um novo sistema de rotulagem. Os ministérios que integram a CAISAN elaboraram uma nota técnica em defesa de uma rotulagem semelhante ao Chile (símbolos em formato de octógonos com a informação “excesso de...”). A indústria defende um sistema de rotulagem conhecido como “semáforo nutricional” (com coloração indicando níveis de gordura, açúcar e sal), porém o governo e a CAISAN defendem o sistema de advertência. Informou ainda sobre o Seminário na OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), que ocorreu na semana anterior em Brasília, onde foi discutida a questão da taxação de refrigerantes (pois estes têm isenção de IPI) tema que está sendo debatido pelas organizações de saúde.

**3.4** Seminário de avaliação final de 03 projetos de ATER Agroecologia promovido pelo Centro Sabiá, entre os dias 20 a 22 de novembro, em Caruaru-PE, com participação da SEAD.

**3.5** O prazo do novo edital Ecoforte Redes se encerra no dia 15 de dezembro. Foi feita uma movimentação junto à GIZ e ao MAPA, visando a contratação de consultores para qualificação dos projetos, porém não deu certo. A SEAD relembrou o histórico de como se deu esse processo. Ressaltou-se a importância de reunir novamente o comitê gestor do programa. **ENCAMINHAMENTO:** Convocar, conjuntamente, reunião do Comitê Gestor do ECOFORTE em dezembro de 2017 para discutir os temas do programa como um todo.

**3.6** Projeto Fiocruz: o TED encerrou, e teve como resultado principal de uma de suas metas o mapeamento de 15 espécies de plantas medicinais em 5 municípios. Foi utilizada a metodologia “value links”, ou seja, o mapeamento das cadeias de valor. Está prevista a realização de um novo TED, onde serão mapeadas entre 8 a 12 novas espécies, além da qualificação da cadeia mapeada no TED que se encerrou. O projeto do novo TED deve ser assinado nas próximas semanas.

**3.7** Ocorrerá entre os dias 04 a 08 de dezembro de 2017, em Florianópolis, a próxima REAF. O Brasil está na presidência pró-tempore, sob coordenação da SEAD. No âmbito da Reaf há vários Grupos de Trabalho, sendo que o GT de mudanças climáticas aborda algumas discussões referentes à agroecologia.

**3.8** Ocorrerá oficina FAO na SEAD, prevista para o dia 14 de novembro de 2017, para elaboração de documento base da estratégia nacional de implementação das diretrizes voluntárias para políticas agroambientais. As oficinas estão sendo realizadas em diversos órgãos. O objetivo dessas oficinas é elaborar um documento que forneça subsídios para que o Brasil leve suas propostas de políticas agroambientais para a reunião da FAO. Posteriormente será realizada uma oficina geral com todos os órgãos.

**3.9** Na semana passada ocorreu reunião do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, cujo tema – acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios – está diretamente relacionado ao debate da agroecologia e povos e comunidades tradicionais. SEAD é um dos órgãos que compõem o conselho.

**3.10** Foi dado informe sobre a situação do MEC. A titular Fernanda está saindo da agenda Agroecologia e no âmbito do MEC não existe um local institucional definido para a agenda e foco da Agroecologia. Sendo assim, é preciso abrir um processo de diálogo e negociação com o órgão para que esta pauta continue sendo parte da agenda do ministério. A CIAPO precisa fazer algum tipo de incidência. Primeiramente será um movimento institucional, pedindo a

oficialização de quem é o/a representante do MEC no âmbito da CIAPO. A representante do MAPA chamou a atenção para o fato de que historicamente, sempre foi preciso fazer esse diálogo de aproximação com o MEC para que o órgão integrasse os espaços e a agenda da Agroecologia. Portanto, uma tentativa nesse sentido é bastante válida. O representante da SEGOV lembra que a saída da Fernanda ainda não foi comunicada oficialmente à CIAPO e ressalta que é importante iniciar o diálogo com os níveis intermediários de decisão dentro do órgão, com as diretorias envolvidas – como o diretor Valdecir Tadei – e se dispõe a fazer esse movimento. Afirma que se trata de uma agenda positiva, e esse movimento de diálogo, além do movimento formal, deve ser feito. ENCAMINHAMENTO: A SE-CIAPO enviará um ofício ao MEC solicitando a atualização oficial de nomes para compor a CIAPO. Paralelamente, SEGOV realizará o processo de diálogo e aproximação junto ao órgão para pautar a agenda.

#### **4. Organização da Ciapo.**

##### **4.1 Deliberação sobre órgãos convidados da Ciapo**

Discutiu-se sobre a questão da necessidade de deliberar e oficializar os convites aos órgãos convidados a participarem da CIAPO – uma vez que não foi possível inserir a categoria “convidado permanente” no regimento interno – assim como sobre a vigência do convite. Os atuais órgãos convidados que participam da Ciapo estão com sua continuidade aprovada no pleno. São eles: Conab, Incra, Anvisa, FNDE, Embrapa e Funai. Em relação a Funai foi recordado que o órgão reivindicou um acento na CIAPO por conta das metas do PLANAPO, e que nenhum representante da instituição estava conseguindo participar das últimas reuniões por questões operacionais internas. A SE-CIAPO emitirá um ofício para cada órgão convidado solicitando a indicação. Deliberou-se que não será preciso a emissão de nova portaria ou resolução, sendo suficiente o registro em ata que a CIAPO enviará os convites. O convite terá prazo de 02 anos, isto é, até o fim da vigência do Planapo II, salvo deliberação em contrário da comissão ou do próprio órgão convidado. Em relação às pessoas a serem indicadas, a Conab solicitou esclarecimento a respeito da harmonia necessária entre indicações para CIAPO e para CNAPO, pois acredita que deveriam ser a mesma pessoa. Após discussão a respeito da questão, deliberou-se que no supracitado ofício se recomendará que sejam os mesmos representantes nas duas instâncias de gestão da Pnapo. Discutiu-se, ainda, sobre a importância da participação de representantes dos níveis estratégicos dos órgãos, pois o fortalecimento institucional da Ciapo passa necessariamente pela participação dos representantes nomeados e/ou com poder de deliberação pela sua instituição. Por fim, discutiu-se sobre a questão da assessoria técnica de cada órgão, tendo em vista que, pelo regimento interno, cada representação ministerial na CIAPO tem direito a uma assessoria técnica. Deliberou-se que, no caso de órgãos convidados, não se aplica a indicação de assessoria técnica. ENCAMINHAMENTOS: Envio de ofício para convite com validade de dois anos para os seguintes órgãos: Conab, Incra, Anvisa, FNDE, Embrapa e Funai. No ofício se recomendará que sejam os mesmos representantes nas instâncias Ciapo e Cnapo.

##### **4.2 Acordo sobre formas de comunicação aos membros**

A SE-CIAPO informou que foi criado um perfil específico para a CIAPO no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e os documentos deste perfil serão assinados eletronicamente pelo coordenador ou pelo secretário-executivo da CIAPO. E questionou sobre a viabilidade da comunicação oficial entre os órgãos membros da CIAPO se dar através de e-mails cujos documentos remetam ao SEI. Considerando que o SEI foi implementado para economia de papel e de etapas de trânsito de fluxos. Futuramente, quando todos os órgãos estiverem conectados via SEI, será possível estabelecer a comunicação via sistema como a oficial. Por enquanto, se questiona sobre a possibilidade de um ofício ou outro documento da Secretaria-Executiva da Ciapo gerada no SEI ser recepcionada pelos órgãos membros através de e-mail como trâmite oficial. ENCAMINHAMENTO: Após discussão, deliberou-se que parte dos documentos formulados pela CIAPO, no âmbito do SEI podem ser encaminhados por e-mail. No entanto, quando se tratar de matéria cujos encaminhamentos e demais ações associadas demandem trâmite oficial interno aos órgãos, deve-se manter o envio do ofício convencional, em meio físico e enviado por correio ou malote.

#### **5. Organização da Cnapo**

5.1 Situação das demandas das Sts da última plenária da Cnapo para ministérios e instituições governamentais; 5.2 Composição e Convocação governamental da Cnapo e STs; 5.3 Pautas das Sts. (Foram debatidos no mesmo momento).

O FNDE foi demandado a levar o relato sobre a reunião do conselho consultivo do PNAE sobre Agricultura Familiar e Compras institucionais, e o órgão fará o relato na ST Crédito, Fomento e Produção, e fará apresentação sobre o prêmio de compras do PNAE. Quanto à demanda de participação na ST de Sociobiodiversidade, afirma que, no

momento, o FNDE não tem condições de acompanhar mais de uma ST, porém, eventualmente poderá participar de pautas específicas da sociobiodiversidade. / O Incra tirou algumas dúvidas quanto aos encaminhamentos que recebeu, e informou que a demanda a respeito do Observatório da Questão Fundiária no Brasil não deve ser encaminhada como responsabilidade do Incra, pois este não é a única instância responsável pelas questões territoriais no país. Ademais, informou que apenas o Incra está participando enquanto representante de governo na ST Terra e Território, e caso outros órgãos governamentais não passem a participar da instância, irá se retirar, pois o órgão acaba absorvendo problemas de outras instituições, sendo que não têm a competência legal ou a capacidade de resolver tais questões demandadas. / A SEGOV apresentou sua concepção sobre como se dá a organização das STs, como acolhe as demandas das STs e lembrou que as indicações de composição (órgãos responsáveis) são apenas sugestões. Afirmou que a SE-Cnapo não fez e não fará triagem dos relatos e demandas das STs, e ressaltou que o momento de socialização das STs no dia da plenária da Cnapo é o momento que os órgãos governamentais devem se manifestar para sanar dúvidas. Quanto a este ponto, a SEAD lembrou a todos que a SE-CIAPO apenas repassa aos órgãos membros as demandas que chegam enviadas pela SE-CNAPO, e que, portanto, também não fará nenhuma triagem. Entretanto, resalta que é necessário e possível estabelecer rotinas melhores quanto às demandas oriundas das STs e da própria plenária da CNAPO. Uma sugestão levantada foi a realização de uma reunião imediatamente posterior à reunião da CNAPO, para tratar sobre as demandas das STs, a fim de fazer uma melhor avaliação conjuntamente do que e como será encaminhado. / ANVISA levantou algumas sugestões para que a CNAPO melhore seus procedimentos, como a adoção de um modelo de relato para as STs, com um campo específico para demandas, discriminando órgãos envolvidos, assim o relato já vem organizado. Elogiou a realização da reunião da CIAPO anteriormente à reunião da mesa coordenadora da CNAPO, uma vez que pode servir de subsídio sobre o que será possível ou não ser feito para a próxima reunião da CNAPO. Por fim, resalta que é possível realizar uma apresentação do Programa de Inclusão Produtiva e Vigilância Sanitária durante a plenária da CNAPO, sendo que precisará de no mínimo 20 minutos, e a única agenda possível será dia 29/11 à tarde. / A SEGOV lembrou que o desenho/modelo de relatório para as STs foi feito e tentado diversas vezes, porém cada ST apresenta no seu próprio formato. Afirma que podem reforçar isso junto às STs, e mandar o modelo para os coordenadores com destaque para que tenha a indicação dos órgãos para os quais a demanda se destina. No entanto, relembra a todos que a coordenação da ST fica a cargo da sociedade civil enquanto a relatoria fica a cargo do governo, justamente para que se possa fazer um filtro do que é viável ou não. / Embrapa afirmou que estará presente na ST Sementes repassando as questões demandas. Ademais, se ofereceu para apresentar o Plano de Ação Estratégico da instituição para promover segurança em um contexto de mudanças climáticas, com foco na conservação de recursos genéticos no Brasil, Paraguai e Uruguai. Ressaltou a importância de convidar os representantes do governo envolvidos com esta questão de sementes e recursos genéticos. / CONAB informou que está minutando as respostas demandadas pela ST sementes. Levantou questionamento sobre como devem ser feitos os encaminhamentos (de forma oficial ou não). Quanto a isso, SEGOV esclareceu que se não se foi solicitado nada oficial, não é necessário. Casos que precisem ser formalizados são assim deliberados na própria plenária. / Por fim, foi solicitado à SE-CIAPO que socialize a demanda com todos os órgãos, e não as demandas em separado para cada um, pois assim, os membros podem ter uma visão do todo. / Embrapa ressaltou a importância de uma melhor organização e planejamento em relação ao convite à participação dos órgãos governamentais. É preciso que as STs se organizem melhor nesse sentido, pois, algumas vezes estas demandam que algum órgão participe e apresente alguma questão na reunião, porém o órgão sequer foi de fato convidado. / Em relação a esta questão da convocação governamental, SEAD levantou um questionamento: afinal, deve-se entender a ST como uma composição fechada e que, portanto, determinados órgãos devem ser sempre convidados, ou entende-se que deve haver uma pauta definida que determinará os órgãos a serem convidados? Ou seja, a convocação deverá ser por uma composição fixa ou por pauta? É preciso ter clareza quanto a este ponto para organizar melhor os encaminhamentos e o posicionamento da CIAPO quando da convocação. Isso posto, relembra que nem todas as STs manifestaram sobre sua composição ideal, assim como a maioria não encaminha as pautas com antecedência, de forma que dificulta a realização desta tarefa. Para a última reunião, foi feita uma convocação genérica. Alguns órgãos responderam, porém não ficou claro se se tratava de uma representação permanente ou um convite esporádico. Essa questão da definição de um norte para a convocação impacta no tipo de articulação que deve ser feita, pois da forma como se encontra hoje, está dificultando a articulação da participação governamental. / Trata-se de uma demanda do governo à CNAPO, porém se a sociedade civil não está disposta a organizar este espaço e melhorar a qualidade das informações, não tem realmente sentido de existir. Propõe-se como encaminhamento que a Mesa Coordenadora da CNAPO e a SE-CNAPO demande às STs que apresentem suas demandas e sugestões de convocação para a próxima

reunião para que seja viabilizado a convocação governamental. / ANVISA sugere que a convocação seja feita de forma mista, tanto por pauta quanto por composição, pois a ST é um espaço que vai se construindo ao longo do debate. Dessa forma, alguns representantes são fixos, e outros participam de acordo com a pauta. É importante que o coordenador juntamente com o relator organize melhor essa questão. Ressalta sobre a importância de levar essa questão à mesa coordenadora, e reforça que se ninguém da sociedade civil se dispõe a realmente coordenar a ST, não tem sentido de existir, pois este espaço não deve ser organizado pelo governo. Por fim, sugere à Mesa Coordenadora que sejam pensadas pautas conjuntas, em vez de solicitar vários representantes de um determinado órgão para participar das STs, pois muitos deles têm dificuldade com o número de indicados. / CONAB também pautou a importância da necessidade de organização interna das STs. / Inkra ressaltou que não se pode exigir da CIAPO algo para além de sua competência, pois esta tem o papel de articulação, não de definição dos órgãos que devem compor as STs. Sugere pegar a primeira proposta de composição e articular junto às instituições indicadas. / SEGOV afirmou que a definição de uma composição mínima das STs não existe e que não se sabe qual o melhor fórum para debater essa questão. Ressalta que esta é uma demanda da CIAPO para a CNAPO e deve ser assim encaminhada, porém aponta que as STs têm autonomia. Sendo assim, propõe como encaminhamento que o governo levante novamente esta questão durante a reunião das STs, pois isto já foi feito pela SE-CNAPO tanto por ofício quanto em plenária. Além disso, deve-se levar esta questão à mesa coordenadora da CNAPO, para debater junto com os coordenadores (lembrou a todos que a única ST que ainda não possui coordenação é a ST Terra e Território). Informou, ainda, que já existem insumos suficientes para uma definição inicial de quais seriam os participantes fixos para cada ST. E por fim, apresentou a programação provável para a próxima reunião CNAPO. ENCAMINHAMENTOS: (i) SE-CIAPO e SE-CNAPO devem realizar reunião de alinhamento logo após a reunião da CNAPO para organizar as demandas das STs e plenária para providenciar os devidos encaminhamentos e responsáveis; (ii) SE-CIAPO deve socializar as demandas das STs com todos os órgãos, e não apenas as demandas direcionadas; (iii) deve-se levar a problemática das convocações governamentais para a reunião da Mesa Coordenadora da CNAPO, para se debater as questões da composição mínima e da pauta; (iv) A SE-CNAPO encaminhará à SE-CIAPO as últimas demandas das STs quanto à participação governamental, de maneira que a SE-CIAPO possa reforçar a convocatória para as próximas reuniões da Cnapo; (v) levar o debate sobre a participação do governo também para as reuniões das STs; (vi) debater nas STs a questão de melhoramento dos encaminhamentos e definição de órgãos responsáveis pelas demandas.

#### **6. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) resposta de governo ao TCU.**

SEAD questionou se existe alguma estratégia de orientação por parte da SEGOV para elaboração de uma resposta conjunta referente à temática de agroecologia dentro dos ODS. A SEAD foi demandada, pelo TCU, a responder especificamente a respeito da Meta 02. SEGOV esclareceu que os ODS constituem uma agenda positiva, que vem sendo reforçada dentro da agenda governamental. Quanto ao relatório do TCU sobre as políticas de agroecologia, ressalta que as análises são muito reais, tratando questões como: falta de coordenação e perspectiva integrada, fragmentação das chamadas públicas, dentre outros pontos. As demais recomendações do TCU no que tange especificamente aos ODS são muito mais direcionadas para nível de secretaria de governo, casa civil e planejamento. Dentro da perspectiva de fortalecer a pauta dos ODS internamente, foi empossada a Comissão Nacional dos ODS, composta com participação da Casa Civil, da SEGOV, do MMA e do MRE enquanto representantes de governo, e agora se aponta a necessidade de criação de uma Câmara Temática de Agroecologia, dentro dessa comissão. Enquanto a comissão é responsável pela parte estratégica, o plano de ação em si, a câmara técnica seria o espaço para debate. Foi elaborada uma nota técnica onde se defende a existência de câmaras temáticas que tratem de agroecologia, segurança alimentar e outros assuntos correlatos. A próxima reunião da Comissão Nacional está prevista para os dias 31/11 e 01/12, com o lançamento do Plano de Ação. Neste momento, não se terá ainda definição sobre câmaras temáticas. A SEGOV informou que defendeu a ideia de que não se reinvente a participação da sociedade civil nestes espaços, dando preferência a representações tiradas de conselhos já existentes. Lembrou que a definição das câmaras temáticas será da Comissão Nacional (composta por 05 membros do governo e 05 membros da sociedade civil). MMA ressaltou que a Secex ambiental do TCU elegeu a meta 2.4 como foco, que por sua vez tem tudo a ver com o PLANAPO. Por isto, diversos ministérios que trabalham com o plano foram procurados. Tendo em vista este contexto, vale a pena a criação de uma articulação sobre as ações e políticas que são aderentes a meta 2.4 (agricultura familiar, segurança alimentar, etc.). Nesse sentido, pode-se reforçar que seja criada uma Câmara Temática de Produção Sustentável de Alimentos (preconizada pela meta). MDS também chama atenção para a importância do alinhamento das respostas dos órgãos ao TCU, uma vez que os ODS estão sendo vistos como mecanismos de integração das

políticas, e solicita à SEGOV que disponibilize as respostas que forem feitas com todos, para possibilitar esse maior alinhamento. Outros membros Ciapo reforçaram a demanda de que a SEGOV repasse essas e outras informações aos membros Ciapo, tais como a agenda da Comissão Nacional, a sua composição, as agendas futuras, a nota técnica elaborada pela SEGOV, etc. Frente a essa demanda, a SEGOV ressalta que o debate sobre os ODS é importante para a CIAPO independentemente do TCU. Todas as informações sobre os ODS, assim como sobre a estrutura de governança, estão disponíveis na página da SEGOV. Em relação às recomendações do TCU, somente uma tem relação com os ODS (enquanto mecanismos de coordenação interministerial referentes a sistemas sustentáveis de produção de alimentos). SEGOV concorda que é interessante uma estratégia de construção conjunta de resposta/manifestação, o que pode ser articulado via CIAPO; porém, é preciso que a SEGOV seja demandada nesse sentido. **ENCAMINHAMENTOS:** (i) Que a SEGOV encaminhe à CIAPO as informações referentes à agenda ODS e às demandas do TCU sobre a temática de agroecologia. (ii) Todos os órgãos que já responderam ao TCU quanto a essa demanda específica, encaminhar essa resposta à SE-CIAPO e SEGOV para que seja socializada com todos os membros, de maneira a dar suporte a estratégias de elaboração de respostas conjuntas ou, ao menos, harmônicas dos órgãos membros da CIAPO ao TCU.

## **7. PLANAPO.**

### **7.1 Atualização PPA e Incidência no Planapo.**

Todos os integrantes manifestaram objetivamente que o recente processo de atualização do Plano Plurianual disponibilizado aos ministérios não implicou em nenhum impacto frente aos compromissos previstos no Planapo 2016-2019.

### **7.2 Oficialização PLANAPO 2016-2019 atualizado.**

Foi recordado que desde a 29ª Reunião Ciapo, realizada no dia 23 de junho de 2017, os integrantes já haviam manifestado concordância frente a última versão compartilhada, endossando o processo de atualização do Planapo 2016-2019. Em relação a meta do Pronara, será mantido da maneira como se aprovou, isto é, com status de “meta em processo de ajuste”. Em relação aos nomes de instituições que mudaram, suas atribuições, ou sobre os parceiros de metas e iniciativas que não participaram do processo de atualização decidiu-se que, por não se tratar de um documento vinculante (de cumprimento obrigatório) e por estar ancorado no Plano Plurianual, não há prejuízo em ser publicado da forma como está, além disso, nada impede futura atualização. Em relação ao método para tornar válido a nova versão do PLANAPO 2016-2019, o plenário aprovou que seja através de Resolução Ciapo (a ser publicada no Diário Oficial da União), cuja ata específica e complementar deverá ser providenciada e assinada pelos membros Ciapo designados em portaria. **ENCAMINHAMENTO:** Os membros da CIAPO resolvem pela oficialização do PLANAPO 2016-2019 atualizado através de Resolução Ciapo.

### **7.3 Orçamentos referentes a 2017.**

Em novembro de 2016 a plenária da CNAPO solicitou informações sobre a execução orçamentária de 2016 referente às ações do PLANAPO. Neste ano, pede-se não apenas a execução de 2017 como também a previsão orçamentária para 2018. Em relação a esta possível demanda, a ser confirmada na próxima reunião da mesa coordenadora da Cnapo, os membros Ciapo presentes realizaram um debate no qual se pautou, (i) a ausência de informações sobre o volume de recursos gastos em 2016 com a Pnapo; (ii) o fato do Planapo não prever recursos financeiros, consta apenas indicadores físicos de alcance das metas; (iii) dificuldade de avaliar o impacto dos cortes orçamentários sem dados sobre a execução financeira; (iv) a não realização do chamado Plano Operativo Anual, documento que traria as informações financeiras do Planapo por ano; (v) a demora na conclusão da atualização do Planapo 2016-2019 após a mudança de gestão governamental; (vi) o fato de que os dados de execução física de 2016 são limitados para avaliar a implementação do Plano porque durante o processo de atualização do Planapo, o previsto para 2016 foi alterado para corresponder ao que foi possível ser feito pelos órgãos. Em decorrência deste debate, se reforçou a necessidade de um esforço de todos os órgãos com iniciativas previstas no Planapo para o levantamento de dados sobre a execução e previsão orçamentária. Foi lembrado que, num futuro próximo, projeta-se que estes dados sejam disponibilizados no portal agroecologia.gov.br. Foi destacado ainda que cabe ao governo disponibilizar esses dados e, uma vez disponibilizados, a CNAPO é quem deve fazer estudo e avaliação da informação, resultando em um monitoramento e balanço do que foi a política de agroecologia. **ENCAMINHAMENTO:** Deliberou-se que será realizado conjuntamente a coleta das informações do monitoramento físico e financeiro dos anos: 2016 (complementação execução financeira), 2017 (execução física e financeira), e 2018 (previsão orçamentária). A coleta das informações terá início em fevereiro

de 2018 e, a depender da colaboração de todos os órgãos responsáveis por metas dentro do PLANAPO, será apresentada durante a primeira reunião da CNAPO de 2018.

#### 8. Pronara

O debate sobre o tema inciou com o relato da SEAD informando sobre o movimento de articulação junto ao MAPA. A SEAD enviou ofício formalizando a agenda junto ao MAPA. Durante o encontro ocorrido com o Secretário do MAPA, o diretor Pedro foi indicado como ponto focal para a questão. Nesse encontro ficou claro que o diálogo não poderia avançar sem a participação da SDA/MAPA. O diretor Pedro se comprometeu a se movimentar para que a SDA estivesse na mesa de discussão, e isto até hoje não foi feito. Portanto, até o momento não existe nenhum avanço frente ao PRONARA. A CIAPO deve analisar a situação e verificar novamente o que precisa ser feito. A representante do MAPA na Ciapo esclareceu que não houve nenhum movimento por parte do diretor, e que é preciso pensar em novas estratégias de ação, pois o processo está parado. Debateu-se sobre a necessidade de um diálogo em níveis hierárquicos maiores, de ministro a ministro, ou seja, entre o ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Agricultura, como o Sarney Filho havia se comprometido a fazer. No entanto, não houve avanços nesse diálogo. Levantou-se também que, é preciso atentar para alguns equívocos nos documentos encaminhados e que compõem o processo dentro do MAPA, o que pode ter gerado todo um tensionamento desnecessário que barrou o processo, trata-se de versões de redação de apresentação e introdução. Quanto a esse ponto, a representante do MMA esclareceu que foram várias as versões do PRONARA encaminhadas ao MAPA. A primeira versão, que ensejou uma nota técnica do Mapa foi alterada de acordo com o que o órgão solicitou. E não enviaram nenhuma resposta quanto à segunda versão. Posteriormente, membros da Ciapo souberam que dentro do Mapa se construiu uma visão de que o PRONARA tinha caráter ideológico e impositivo. Além disso, a representante do MMA relembrou que o processo ainda sumiu dentro do MAPA e precisou ser reconstituído. Representante da ANVISA afirma que teve conhecimento do parecer do MAPA, e que de fato nele se critica mais a parte introdutória do documento do que seu conteúdo (iniciativas previstas). O plenário discutiu sobre estratégias e sobre a urgência em se fazer novos movimentos de articulação política em torno da questão. **ENCAMINHAMENTOS:** (i) A SE-CIAPO, com auxílio da ANVISA, enviará novamente um ofício ao Secretário-Executivo do MAPA, com a última proposta do PRONARA sem a introdução, isto é, somente com a tabela de iniciativas previstas, informando sobre a necessidade de retomar o tema. (ii) Em paralelo a isto, SEGOV, MMA, MS e SEAD tentarão articular essa questão politicamente junto aos dirigentes superiores.

#### 9. Deliberação sobre criação do Grupo de Trabalho de Comunicação da PNAPO no âmbito da CIAPO, aprovação para resolução.

Em continuidade à discussão iniciada em reuniões anteriores, foi abordado a necessidade da criação de um grupo de trabalho para responsabilizar-se pela comunicação da Pnapo, indo portanto, para além da comunicação via portal. Para tanto, havia sido pactuado na 30ª Reunião Ciapo, realizada no dia 03 de outubro de 2017, considerando os procedimentos estabelecidos pelo regimento interno, a necessidade da elaboração e compartilhamento de uma minuta para a criação do “Grupo de Trabalho Interministerial Permanente de Comunicação em Agroecologia e Produção Orgânica – GTCom”. Durante o debate foi informado também que a CONJUR da SEAD foi consultada, e esta afirmou que não existe legalmente possibilidade de composição de um GT com funcionários terceirizados. O que é uma questão importante a se considerar visto que as ASCOMs dos ministérios são compostas, maiormente, por empregados terceirizados. Uma alternativa encontrada foi de o indicado formalmente ser ocupante de um cargo DAS, que indica funcionários para representá-lo durante os encontros do GT. Algumas sugestões foram levantadas e debatidas (acatadas ou não pelo plenário) em relação a minuta elaborada. Dentre os apontamentos, foi reforçado a necessidade de citar o decreto que instituiu a Pnapo; buscar uma redação na qual fique clara a possibilidade de se convidar representantes de governos estaduais e organizações da sociedade civil; em relação ao trecho do artigo 3º “indicados pelos órgãos partícipes da CIAPO” buscar redação na qual fique claro que os órgãos convidados na Ciapo também devem indicar membros para o GT; e a retirada dos parágrafos relacionados ao artigo 4º, permanecendo somente o *caput*. **ENCAMINHAMENTOS:** (i) Aprovada resolução de Criação do GT de Comunicação da CIAPO; (ii) Todos os órgãos indicarão um membro da área técnica e outro da área de comunicação para composição do GT.

#### PARTE IV - As deliberações e encaminhamentos aprovados, quando houver;

Tópico de pauta	Deliberações e encaminhamentos
-----------------	--------------------------------

1. Pauta	Pauta aprovada.
2. Ata da reunião anterior.	Aprovada a Ata da 30ª reunião da CIAPO.
3. Informes	3.1 Convocar, conjuntamente, reunião do Comitê Gestor do ECOFORTE em dezembro de 2017 para discutir os temas do programa como um todo. 3.10 A SE-CIAPO enviará um ofício ao MEC solicitando a atualização oficial de nomes para compor a CIAPO. Paralelamente, SEGOV realizará o processo de diálogo e aproximação junto ao órgão para pautar a agenda.
4. Organização da CIAPO	4.1 Envio de ofício para convite com validade de dois anos para os seguintes órgãos: Conab, Incra, Anvisa, FNDE, Embrapa e Funai. No ofício se recomendará que sejam os mesmos representantes nas instâncias Ciapo e Cnapo. 4.2 Após discussão, deliberou-se que parte dos documentos formulados pela CIAPO, no âmbito do SEI podem ser encaminhados por e-mail. No entanto, quando se tratar de matéria cujos encaminhamentos e demais ações associadas demandem trâmite oficial interno aos órgãos, deve-se manter o envio do ofício convencional, em meio físico e enviado por correio ou malote.
5. Organização CNAPO	(i) SE-CIAPO e SE-CNAPO devem realizar reunião de alinhamento logo após a reunião da CNAPO para organizar as demandas das STs e plenária para providenciar os devidos encaminhamentos e responsáveis; (ii) SE-CIAPO deve socializar as demandas das STs com todos os órgãos, e não apenas as demandas direcionadas; (iii) deve-se levar a problemática das convocações governamentais para a reunião da Mesa Coordenadora da CNAPO, para se debater as questões da composição mínima e da pauta; (iv) A SE-CNAPO encaminhará à SE-CIAPO as últimas demandas das STs quanto à participação governamental, de maneira que a SE-CIAPO possa reforçar a convocatória para as próximas reuniões da Cnapo; (v) levar o debate sobre a participação do governo também para as reuniões das Sts; (vi) debater nas STs a questão de melhoramento dos encaminhamentos e definição de órgãos responsáveis pelas demandas.
6. ODS e resposta de governo ao TCU.	(i) Que a SEGOV encaminhe à CIAPO as informações referentes à agenda ODS e às demandas do TCU sobre a temática de agroecologia. (ii) Todos os órgãos que já responderam ao TCU quanto a essa demanda específica, encaminhar essa resposta à SE-CIAPO e SEGOV para que seja socializada com todos os membros, de maneira a dar suporte a estratégias de elaboração de respostas conjuntas ou, ao menos, harmônicas dos órgãos membros da CIAPO ao TCU.
7. PLANAPO	7.2 Os membros da CIAPO resolvem pela oficialização do PLANAPO 2016-2019 atualizado através de Resolução Ciapo. 7.3 Deliberou-se que será realizado conjuntamente a coleta das informações do monitoramento físico e financeiro dos anos: 2016 (complementação execução financeira), 2017 (execução física e financeira), e 2018 (previsão orçamentária). A coleta das informações terá início em fevereiro de 2018 e, a depender da colaboração de todos os órgãos responsáveis por metas dentro do PLANAPO, será apresentada durante a primeira reunião da CNAPO de 2018.
8. PRONARA	(i) A SE-CIAPO, com auxílio da ANVISA, enviará novamente um ofício ao Secretário-Executivo do MAPA, com a última proposta do PRONARA sem a introdução, isto é, somente com a tabela de iniciativas previstas, informando sobre a necessidade de retomar o tema. (ii) Em paralelo a isto, SEGOV, MMA, MS e SEAD tentarão articular essa questão politicamente junto aos dirigentes superiores.
9. Deliberação sobre GT de Comunicação da PNAPO no âmbito da CIAPO.	(i) Aprovada resolução de Criação do GT de Comunicação da CIAPO; (ii) Todos os órgãos indicarão um membro da área técnica e outro da área de comunicação para composição do GT.



**PARTE V - Registro dos votos das instituições quando não houver consenso;**

Todas as decisões foram tomadas em consenso.

**PARTE VI - Indicação de Recomendação ou Resolução, quando houver;**

Foram aprovadas a emissão de duas Resoluções Ciapo, as quais terão ata complementar elaborada especificamente para a coleta de assinaturas dos membros nomeados da Ciapo. Uma que torna público a versão atualizada do Planapo 2016-2019, e outra que instaura o Grupo de Trabalho Interministerial Permanente de Comunicação em Agroecologia e Produção Orgânica – GTCOM.

**VII - Informe sobre a realização das reuniões dos Grupos de Trabalho vigentes, ocorridas no intervalo de tempo entre as reuniões Plenária.**

Entre a 30ª reunião ordinária e a 31ª reunião ordinária da Ciapo, não houve reunião de grupos de trabalhos.